

Doc. nº CXXII

Arquivado
Aprovado

**IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUPREMO CONCÍLIO**

Rob.
Pres. do SC/IPB
21/07/02

Relatório Parcial da
COMISSÃO DE ESTADO RELIGIOSO DO CONCÍLIO

QUANTO AO DOCUMENTO 177

Relatório da Comissão Executiva do SC/IPB 1999 a 2002

O SC-IPB-2002, resolve:

1. Tomar conhecimento
2. Aprovar o relatório da Comissão Executiva do SC/IPB
3. Reconhecer que a CE/SC/IPB envidou grandes esforços no sentido de cumprir as suas determinações constitucionais e acompanhou os trabalhos das Secretarias Gerais, autarquias, juntas e concílios através.
4. Destacar os seguintes trabalhos

4.1 - Na Educação:

- 4.1.1 Cumpriu decisão do SC-IPB instalando a extensão do Seminário Brasil Central em Brasília
- 4.1.2 Apoiou os trabalhos da FENEP para cadastro das Escolas Presbiterianas;
- 4.1.3 Recebeu por doação da Igreja Coreana o Seminário do Nordeste, em Teresina/PI, conforme resolução XXV SC-E-99
- 4.1.4 Criou a ANEP (Associação Nacional de Escolas Presbiterianas)

4.2 Na Evangelização e Missões:

- 4.2.1 Aprovou a Criação da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais

4.3 Outros:

- 4.3.1 Posicionou-se com urgência e zelo contra o movimento G12, o que foi benéfico para a vida da igreja
 - 4.3.2 Autorizou contrato entre o Mackenzie e o Seminário de Campinas para reforma física e ministração de cursos no mesmo;
 - 4.3.3 Convocou o povo Presbiteriano para um dia de oração pela reunião Ordinária do SC-IPB.
 - 4.3.4 Criou a rede Presbiteriana de Comunicação
5. Lamentar o alto índice de pastores despojados, e recomenda os conselhos e presbitérios a serem mais zelosos no envio de candidatos e reconhecer que tal atitude é um sinal positivo do exercício da disciplina na igreja.
6. Determinar que A CE se atenha ao âmbito das suas atribuições constitucionais pois percebe-se que a CE está assumindo, cada vez mais, assuntos da competência exclusiva do SC, como registrado nos itens 1.18; 1.20; 1.21; 1.22; 1.23 e 3.1 do relatório em apreço, contrariando o previsto nos artigos 97 e 105 parágrafos 2º da CI/IPB.

Sala das Sessões,
Rio de Janeiro, 17 de julho de 2002

A Comissão:

Relator: Rev. Sirgisberto Queiroga da Costa

Vice: Rev. Ildemar de Oliveira Berbert *Ildemar Berbert*

Membros:

Adiel Dantas Oliveira

Aginaldo Rodrigues De Oliveira *Aginaldo*

Amaro José Alves *Amaro*

Aurelio Darlan *Aurelio Darlan*

Auremacio Jose Denorio De Carvalho *Auremacio*

Daniel Ferreira Brito *Daniel*

Edson De Oliveira Lima *Edson*

Haveraldo Ferreira Vargas Junior *Haveraldo*

Herbert De Jesus Avelino Souza *Herbert*

Joao Pedro Flores Do Couto *Joao Pedro*

José,Ciência Filho *José*

José Ronaldo Gasparine *José Ronaldo*

José Sebastiao Soares Peronico *José Sebastiao*

Josmar Torres Nascimento *Josmar*

Leci Ribeiro Da Cruz *Leci*

Leopoldo De Araújo Costa *Leopoldo*

Lourival Porfrio *Lourival*

Luiz Carlos Correa *Luiz Carlos*

Marcos Alves Da Silva *Marcos*

Moises Sathler Berbert *Moises*

Napoleão Marcos De Moura Mendes *Napoleão*

Napoleão Petrucio Correia *Napoleão*

Natanael Felix Cruz *Natanael*

Nemesio Franco Filho *Nemesio*

Otalício Américo De Melo Júnior *Otalício*

Osvaldo Antônio Da Silva Jr. *Osvaldo*

Paulo Roberto Maia Simões *Paulo Roberto*

Renato Jorge Da Silva *Renato*

Sebastiao Felicier *Sebastiao*

Valdir Rodrigues Bichinho *Valdir*

Wagton Lima Da Silva *Wagton*

Wilson BARBOSA da Silva

Ynall Rodrigues Lima

Herbert L J 24 - Souza

Sebastiao Soares Feliciano

Luiz Carlos Correa

Napoleão

Renato Jorge da Silva

Bichinho

Wagton



**IGREJA
PRESBITERIANA
DO BRASIL**

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
15 JUN 16:40 2000 000177

PROTOCOLO
DESTINO: *Esc. Fado Religioso*
1066
16/07/02

RELATÓRIO QUADRIENAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO

GESTÃO 1999 A 2002

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| <i>APRESENTAÇÃO</i> | <u>2</u> |
| <i>I - ATIVIDADES GERAIS DA CE-SC/IPB</i> | <u>4</u> |
| <i>II - REUNIÕES DA CE-SC</i> | <u>7</u> |
| <i>III - ATIVIDADES ESPECIAIS</i> | <u>8</u> |
| <i>IV - GRÁFICOS ESTATÍSTICOS DE MINISTROS</i> | <u>13</u> |
| <i>V - CONCLUSÃO</i> | <u>15</u> |

APRESENTAÇÃO

Ao apresentar este Relatório da Comissão Executiva do Supremo Concílio, naturalmente, o último que eu redijo, já antevendo o final do último mandato da História da minha vida, pois pouco mais de 2 meses nos separam do 1º Supremo Concílio do 3º Milênio, somente Deus e eu podemos ante-sentir a dosagem emocional, que como borbotões afloram à mente e ao coração de quem esteve nesta Mesa por bom tempo, e nesta CE-SC/IPB por longo período, representando 4 Sínodos diferentes, dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. É uma longa história, escrita pela sabedoria de Deus, em bondade e misericórdia, que só d'Ele promanam.

Tenho que fazer singelo, simples e certo registro de palavras de Gratidão a Deus, por tão grandes privilégios e de reconhecimentos aos meus irmãos, que se houveram com tão magnânima generosidade, para com este servo de Deus. Perlustrar 4 anos de atividades da Comissão Executiva do Supremo Concílio, exige capacidade de síntese, que eu não possuo, visão de conjunto, já meio limitada e conhecimento desta história de feitos áureos, e nisto a memória pode falhar. Face à estas circunstâncias, vou me limitar aos registros que são exatos e já aprovados, nas reuniões da própria CE-SC/IPB e cujas resoluções foram publicadas, em encarte no Brasil Presbiteriano, inclusive com os protestos e dissentimentos, que um Presbitério e alguns colegas, que devem ser muito "amigos" e "irmãos" não conseguiram ver (estão determinando que se publiquem). Além do mais, tudo está no Digesto Presbiteriano, até 2000.

Foram 4 anos ricos de bênçãos e da graça maravilhosa de Deus. Foram 5 reuniões recheadas de crescimento, de ações práticas e de realizações pró-ativas. Houve muita alternância nas representações dos Sínodos, mas a tônica do serviço consagrado e eficiente, não faltou. Houve considerável aumento de Sínodos e de Presbitérios, em parte, fruto de desmembramentos, mas não há como negar que tudo ostentou o crescimento da Igreja. Aumentaram os Seminários, as Escolas e as Instituições de Assistência Social, e houve o aumento estimado de no mínimo 2 Igrejas

por semana. A arrecadação financeira cresceu sempre, como bem demonstram os balancetes da TE-SC, ilustrado nos Balanços Sociais.

As reuniões da CE-SC/IPB aconteceram em localidades diferentes, em atenção aos convites recebidos. Sempre se tem trabalhado no sentido de se obter hospedagem graciosa, daí os convites, ficando a cargo da TE-SC/IPB as passagens dos Presidentes de Sínodos. Os membros "ex-officio" têm suas despesas de passagem, por conta dos órgãos que representam. Mas, as hospedagens têm sido para todos, gentileza de quem convida. O ambiente de trabalho tem sido bom; a não ser certos assuntos especialmente da última reunião, os demais de competência da CE-SC/IPB têm sido considerados, em bom consenso. Houve uma quantidade relativa de assuntos que a CE-SC/IPB encaminhou ao SC-2002, por falta de competência para decidi-los, o que comprova o cuidado da mesma em ater-se ao que lhe compete. As reuniões foram realizadas, sempre com a presença unânime de seus membros, havendo ausência de 1 ou 2 Sínodos. Os relatórios devidos à CE-SC/IPB têm sido normalmente recebidos e aprovados, como é notório nas publicações.

A CE-SC/IPB tem funcionado de maneira informatizada, evitando-se a leitura de Atas e documentos, e os seus membros tem experimentado transparência que lhes permite encerrar as reuniões de posse do acervo em mãos, devidamente aprovado.

Rev. Wilson de Souza Lopes
Secretário Executivo SC-IPB

I - ATIVIDADES GERAIS DA CE-SC/IPB

Há atividades da Comissão Executiva do Supremo Concílio, que são tão óbvias e genéricas, que sua enumeração visa à demonstração do zelo, cuidado e dinamismo da CE-SC.

Prefiro o método da enumeração, por considerar mais didático, com mais clareza e de mais identificação dos procedimentos, o que não é fácil no processo descritivo.

A leitura que deputados ao SC, normalmente fazem, das Resoluções publicadas no Brasil Presbiteriano, e inseridas no Digesto Presbiteriano; oferece visão ampla de cada tópico exposto no texto do Relatório.

Vejamos um por um:

1.1 – Aprovou e regularizou todas as siglas dos Presbitérios e Sínodos, atendendo propostas dos Concílios, sempre que não colidia com as já existentes.

1.2 – Determinou e aprovou a ordem de série dos Presbitérios, pelas datas de organização conforme trabalho elaborado pela SE-SC/IPB.

1.3 – Aprovou todos os relatórios devidos à CE-SC/IPB, anualmente, conforme o que determinou o Supremo Concílio, "ex-vi" do seu Regimento Interno, inserindo nos mesmos as observações de praxe, atentando sempre para a observância da C.I., dos P.L. e dos R.Is. respectivos.

1.4 – Procedeu as nomeações de praxe para todos os fins previstos, quanto às JURETs dos Seminários, suprimindo a todas a solicitações que lhes foram feitas.

1.5 – Aprovou os orçamentos anuais, elaborados pela JPEF, levando em consideração aos exercícios de planejamentos estratégicos desenvolvidos por todas as lideranças, convidando os presidentes de Sínodos à participação, juntamente com os líderes das várias causas beneficiadas pelo orçamento.

1.6 – Apresentou a pedido do Presbitério Noroeste de Minas, o Rev. Sirgisberto Queiroga, para cursos de Pós-graduação no exterior, como é notório.

1.7 – Encaminhou à presente reunião do Supremo Concílio, todos os assuntos e documentos, cuja competência para considera-lo, inexistia (37 documentos de diversas naturezas).

1.8 – Aprovou, anualmente o Relatório da SE-SC/IPB, da TE-SC/IPB, fazendo destaques próprios como viram os que leram as publicações feitas, como de direito, no B.P., anualmente.

1.9 – Aprovou, a pedido do Sinodo de Brasília, do Seminário Brasil Central e da JET, o funcionamento da extensão de Brasília, encaminhada a este Supremo Concílio para a consideração adequada.

1.10 – Baixou às Juntas, Comissões Permanentes, Entidades, Secretarias, Autarquias e Conselhos Administrativos, todas as matérias que lhes diziam respeito, orientando sempre os procedimentos a seguir.

1.11 – Aprovou a atualização do quadro de cargos e salários proposto pela Junta Patrimonial Econômica e Financeira e publicou, nos termos atuais.

1.12 – Aprovou desdobramentos propostos de Sinodos e procedeu nomeações de comissões para executar as decisões, instalando os novos Sinodos e relatando para o devido cadastramento pela SE-SC/IPB.

1.13 – Respondeu às consultas que sua competência permitiu, e encaminhou a este plenário, aquelas que lhes são privativas de respostas.

1.14 – Autorizou a Mesa a receber e a aprovar os relatórios que não foram apresentados à CE-SC/IPB -1999, dando-se-lhes 30 dias de prazo para apresentação.

1.15 – Aprovou Reforma do Regimento Interno da JPEF, conforme publicação no B.P., visando à sua atualização às necessidades da Igreja.

1.16 – Aprovou Reforma do Regimento Interno da TE-SC/IPB, adequando à dinâmica e necessidade do serviço.

1.17 – Cuidou de todo o processo de Reforma da Constituição, do Código de Disciplina e Princípios de Liturgia, no que coube pela C.I. e por decisão do SC/IPB, ainda que os resultados não permitiam a convocação da constituinte, segundo tabulação dos votos divulgada e arquivada.

1.18 – Aprovou os Estatutos do Instituto Presbiteriano Mackenzie, adequando às novas Leis educacionais, e tornando clara a sua confessionalidade presbiteriana, conforme proposta do Conselho Deliberativo-IPM, encaminhada à CE-SC/IPB pelo Conselho de Curadores.

1.19 – Prestou assistência e orientação às Escolas Presbiterianas, sempre que solicitada, valendo-se sempre do apoio da FENEP, quando se tratava de área pedagógica e da JPEF, quando as questões eram administrativas, patrimoniais ou financeiras, conforme se depreende dos respectivos relatórios aprovados pela CE-SC e publicados no Brasil Presbiteriano.

1.20 – Aprovou a reforma dos Estatutos do IBEL, consoante proposta do Conselho Deliberativo daquela Instituição e publicação no órgão oficial da IPB.

1.21 – Aprovou, a pedido do CD/IBRO, os Estatutos do Instituto Bíblico de Rondônia (IBRO), conforme publicação no B.P.

1.22 – Aprovou, por proposta da JET, o Regimento Interno dos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, na forma vigente e publicação feita.

1.23 – Aprovou o Regimento Interno da Comissão Nacional de Ação Social (CNAS), transformada em Conselho de Ação Social (CAS), corrigindo, inclusive a homonímia com órgão federal sobre o mesmo assunto.

1.24 – Aprovou os novos modelos de formulários, compatibilizados e divulgados pelo IPB-SI, e determinou sua publicação em forma impressa e digital pela CEP, divulgando tudo pelo B.P. e fazendo a adequação dos mesmos nos Softwares IPB-SI.

1.25 – Cedeu em comodato para uso da Extensão do Seminário Brasil Central, Brasília, as dependências construídas no lote 8, fundos, SGAS, 906, para onde se devem transferir as atividades, escritório e arquivos da JPEF, cedendo-se o restante ao Centro de Convivência da 3ª Idade. Encarregou-se a JPEF da execução destas medidas.

1.26 – Baixou os projetos das Secretarias Gerais, especialmente, da UPH e UMP aos secretários próprios, via seus respectivos Concílios, para incentivo e implantação.

1.27 - *Registrou, segundo a FENEP, o cadastramento de 210 escolas em 2001, com 115.000 alunos, 21 Estados do Brasil, além das muitas que pertencem a particulares, a Igrejas e a Presbitérios.*

1.28 – Aprovou proposta de emenda no Manual Unificado, conforme propostas das Confederações Nacionais, encaminhadas pelos Secretários Gerais, nos termos da publicação no B.P.

1.29 – Aprovou a reforma do Regimento Interno do Instituto Presbiteriano Mackenzie, adaptando-o ao novo Estatuto, para maior harmonia da administração daquele Instituto, como se depreende da publicação do B.P.

1.30 – Registrou falecimentos de ilustres irmãos, pastores e líderes de que teve conhecimento, registrando eventos e feitos, dos quais tiveram conhecimento os membros da CE-SC/IPB, conforme se pode verificar na publicação.

1.31 – Registrou, com júbilo espiritual e gratidão a realização de vários congressos dos diferentes segmentos da IPB, nos quais se constataram excelente participação, organização e programação eficientes, brilho das lideranças, dedicação e eficácia para cada área de trabalho, nas promoções realizadas, na execução do programa e perspectivas pró-ativas.

1.32 – Apreciou os trabalhos das Juntas, Comissões Permanentes e Conselhos Administrativos, registrando apreciações publicadas na aprovação de cada Relatório, o que pode ser confirmado nas publicações feitas no Brasil Presbiteriano.

1.33 – Apreciou os Relatórios das Autarquias, inserindo nos termos da aprovação, pareceres e destaques que falam alto do êxito alcançado, das realizações, como aumento de patrimônio, expansão das atividades, solidez financeira e planejamento estratégico pró-ativo, como visão do futuro da causa.

1.34 – Homologou reforma do Regimento Interno da FENEP, imprimindo ao mesmo flexibilidade no funcionamento e experiência adquirida no trabalho.

1.35 – Registrou agradecimentos especiais ao Sínodo de Campinas, ao SPS e às diversas comissões da organização da hospedagem, da CE-SC-2002.

II – REUNIÕES DA CE-SC

As Reuniões se realizaram, nas seguintes datas e locais:

| Data | Local |
|-----------------|--------------|
| 21 a 27/03/1999 | São Paulo/SP |
| 19 a 24/03/2000 | Curitiba/PR |
| 18 a 24/03/2001 | Cuiabá/MT |
| 17 a 23/03/2002 | Campinas/SP |

A Extraordinária foi na Igreja Presbiteriana Unida, em São Paulo, no dia 12 de Agosto, prestigiando, a convite, o centenário daquela Igreja.

III - ATIVIDADES ESPECIAIS

Certas atividades da CE-SC-IPB, ligadas ao que lhe atribuem a C.I-IPB e o R.I-CE-SC-IPB, no papel de gerir a vida da IPB, nos interregnos das ROs.-SC, prendem-se todas às determinações do SC, ao caráter urgente das medidas, porque também gerir tem amplitude que abarca medidas essenciais ao bom funcionamento; por outro lado, há jurisprudências inegáveis, que, hoje, consolidadas no D.P., são do conhecimento público dos concílios e, na legislação seja do Direito em si, e/ou do Direito Eclesiástico, são incontestáveis, até que surja algum fato, no qual encontre matéria nova que exija revisão da jurisprudência.

Tenho sentido, vezes por outra, que esta percepção que é válida sempre, tem faltado a concílios e conciliares, que tomam tempo demasiado para levantar o que nada significa e depois de muito falar, nada disseram.

Em síntese, eis o que foi executado:

3.1 - Autorizou a membresia da IPB à AMENCAR, sociedade civil, evangélica, de caráter beneficente e filantrópico, e que tem uma excelente folha de serviços, representando-se através do CAS/IPB, ao qual caberá conhecer os termos do convênio, por 3 anos, se convier, e ao SC relatar.

3.2 - Registrou, com alegria a expansão do Mackenzie, conforme relatório do Conselho de Curadores, incidindo a mesma em grande aumento imobiliário, convênios com Universidades no exterior, em parcerias científicas e pedagógicas, e cumprindo resolução do SC, direciona projetos de expansão, em outras capitais, além do Mackenzie solidário e 40 projetos de Pesquisa Científica.

3.3 - Registrou, com regozijo e gratidão a Deus, a recuperação plena da Associação Mackenzie de Educação, Pesquisa e Cultura, inclusive com a reforma de seus Estatutos Sociais, como testemunha sua publicação no B.P.

3.4 - Aprovou sob proposta da TE-SC/IPB modelo de prestação de contas à TE-SC/IPB, determinando que todas as instituições e/ou pessoas que devem prestações de contas, passem a utilizar esta nova forma.

3.5 - Registrou, com gratidão a Deus, a aquisição do Escritório adquirido, no Rio de Janeiro, à Av. Rio Branco, nº 277, conjunto 302 – Edifício São Borja, com 635 m², com possibilidade de reforma feita pelo IPM, ocupando em convênio parte do espaço, para o seu escritório de implantação no Rio de Janeiro.

3.6 - Recebeu, pela 1ª vez e aprovou, Relatório do Arquivo Histórico da IPB, que funciona à Rua Demóstenes, nº 866, Campo Belo, São Paulo/SP, em instalações próprias da Fundação José Manuel da Conceição, oferecido pelo Curador do Arquivo eleito pelo SC, e sua equipe operacional, contendo o mesmo levantamento de móveis, utensílios e do acervo existente no arquivo, com parte catalogada, contendo livros, revistas, documentos e fotografias, etc. Houve diversas determinações que serão alvo de relatório ao SC-2002, no Rio de Janeiro.

3.7 - Autorizou a FENEP a participar da organização da Fundação da Associação Brasileira de Instituições evangélicas de ensino, representando a IPB; registra-se que se trata de sociedade sem fins lucrativos.

3.8 - Recebeu e aprovou Relatório da Comissão nomeada pelo SC, para oferecer os Princípios Gerais da linha editorial, para comunicação RPC-BP, conforme publicação já conhecida.

3.9 - Recebeu, apreciou e aprovou, consoante determinou o SC, Pastoral sobre Reforma Agrária, já divulgada, enviando cópia ao Ministério da Reforma Agrária.

3.10 - Recebeu proposta do Presbitério de Pinheiros, sobre projeto de Assentamento e Reforma Agrária, encaminhada pelo Sinodo de São Paulo, no espírito da Pastoral Agrária, elaborada por Comissão nomeada pelo Supremo Concílio, e por isto encaminhou o projeto ao Supremo Concílio.

3.11 - Autorizou contrato de comodato entre o IPM e o SPS, mediante o qual o IPM faz adaptações e reformas no SPS, e utiliza a rede física disponível para ministração de cursos do Mackenzie nas dependências do SPS, em Campinas-SP.

3.12 - Recebeu e atendeu reivindicação do Sínodo de Pernambuco, sobre cabines indevassáveis para eleição da Mesa do SC-2002, lembrando que este princípio do sigilo do voto tem sido preservado.

3.13 - Determinou ao SE-SC que emente os documentos a serem encaminhados ao SC/IPB-2002, e remeta o ementário de todos os documentos, aos Presbitérios (obviamente que chegarem dentro do prazo), até 30 de maio de 2002.

3.14 - Homenageou ao SE-SC – Rev. Wilson de Souza Lopes, pelos relevantes serviços prestados à IPB, na SE-SC.

3.15 - Procurou incentivar a Filosofia de Missão para a IPB, nomeando comissão para elaborá-la e apresentar ao SC/IPB, naturalmente dentro do Planejamento Estratégico, numa visão holística da obra da Igreja.

3.16 - Tratou dos problemas que envolviam a JET, o CPPGAJ e a própria CE-SC, naquilo que sua competência permitiu, encaminhando ao SC-202, o que sua competência não abarcava.

3.17 - Refletiu sobre toda a matéria ligada à comunicação na IPB, recebeu e compulsou a documentação a respeito, e verificando a complexibilidade dos assuntos, a pertinência de uma decisão esclarecida e a envolvimento do CCM, RPC e LPC, nomeou comissão para elaborar Projeto Global para a área, compreendendo que a norma envolve gestores, finanças, patrimônio e representação da IPB.

3.18 - Registrou, com tristeza, o fato de ainda termos estimativas em nossa Estatística, uma vez que, após todos os apelos feitos aos SEs-dos Presbitérios, aos presidentes dos Sínodos, por carta, 2 telegramas e publicação no Jornal oficial da Igreja, até o momento em que redigimos este, cobrimos apenas 64% dos recebimentos.

3.19 - Recebeu do Curador – Rev. Wilson de Souza Lopes, apreciou e arquivou, mediante Relatório apresentado pela 2ª vez, do Arquivo Histórico da IPB, as informações básicas contidas no mesmo, e tomou decisões importantes, a respeito: Registrou o que constitui o arquivo, em seus termos gerais; autorizou as providências solicitadas em referência a seleção, às medidas ligadas à limpeza e conservação do acervo e sua transferência definitiva para o Mackenzie, sob convênio de manutenção, conservação e disponibilidade à pesquisa.

3.20 - Agradeceu ao IPM, que através de rápida reforma, aparelhou o SPS para promover a hospedagem da CE-SC, em Campinas, no SPS.

3.21 - Registrou que em cumprimento à decisão do SC/IPB-99E-Doc. XXXIX, deu prosseguimento às diligências que resultaram na reconstituição do Conselho de Curadores da Fundação Rev. José Manuel da Conceição e sua Diretoria, permitindo iniciarem-se as medidas que levem a cumprir seus objetivos, assumindo já a manutenção do Seminário Rev. José Manuel da Conceição.

3.22 - Convocou o Povo Presbiteriano à oração em favor do SC-2002, no Rio de Janeiro, designando um dia de jejum e oração em favor da IPB e do SC-2002, sugerindo 14 de Julho do ano em curso.

3.23 - Encaminhou para publicação, conforme a determinação, os nomes dos candidatos à participação na eleição da Mesa-SC/IPB-2002, pondo através do Jornal Brasil Presbiteriano, os espaços previstos para uso dos candidatos, conforme o estabelecido na Legislação pertinente.

3.24 - Autorizou a edição da Bíblia Sagrada, tradução atualizada, com o Hinário, considerando os motivos e a utilidade prevista, o que realmente foi um sucesso.

3.25 - Homologou, de acordo com a Lei Ordinária, a jubilação de pastores, oriundos dos seus respectivos Presbitérios, com tramitação correta, concedendo-lhes Diploma e Medalha, e Medalha de gratidão às esposas.

3.26 - Registrou todos os casos de despojamento de Ministros, comunicados pelos Presbitérios, determinando a SE-SC/IPB a baixa no rol de ministros e recomendando à Secretaria de Apoio Pastoral dar a assistência adequada.

3.27 - *Aprovou proposta para a edição do novo Manual Presbiteriano, fazendo acrescê-lo dos vários dados atualizados como: regimentos, siglas e outros dados importantes, determinando à SE-SC/IPB as providências e a CEP a edição.*

3.28 - *Aprovou a publicação da Consolidação da Legislação Complementar Presbiteriana, o "Vade Mecum" de nossa administração e autorizou a sua efetivação à Comissão de Organização, Sistemas e Métodos, aprovando-a posteriormente.*

3.29 - Aceitou a responsabilidade de compartilhar, em nome da IPB, a composição do Conselho de Curadores do Instituto Samuel Graham, de Jataí, que além de realizar excelente trabalho, aquiesceu ao plano, de modo a permitir que aquele instituto histórico passe a integrar a Rede Presbiteriana de Escolas da IPB, com o assentimento do Sínodo e dos Presbitérios da região, aos quais a IPB passou a substituir no respectivo conselho.

3.30 - Aprovou as atas do Sínodo Meridional, por determinação do SC/IPB-98.

3.31 - Registrou com júbilo e gratidão, as visitas das Igrejas parceiras e/ou em diálogo com a IPB, proporcionando maior conhecimento e estreitando laços de fraternidade Cristã.

3.32 - Aprovou o Regimento Interno do Conselho de Hinologia e Música, nos termos da decisão efetivada pelo Supremo Concílio, conforme divulgação no Brasil Presbiteriano.

3.33 - Emitiu parecer, dadas à urgência, as solicitações de Concílios e as perturbações criadas entre Igrejas Presbiterianas de varias regiões, sobre o G12, fazendo recomendações aos concílios sobre como tratar as investidas do movimento.

3.34 - *Aceitou doação feita pela Igreja Coreana, com a qual a IPB tem parceria, oferecida através do Centro de Missão Evangélica Nordestina, o Seminário do Nordeste, em Teresina/PI, celebrando acordo de cooperação, no qual se definem o relacionamento entre a IPB e aquela Igreja, o cronograma de entrega dos imóveis e os "Modus vivendi e fasciendi" entre as mesmas Igrejas, conforme cláusulas do acordo publicado e assinado, conforme Res. XXV SC-E-99.*

3.35 - *Criou, a pedido da FENEP e com sua colaboração a ANEP (Associação Nacional de Escolas Presbiterianas), aprovando seus Estatutos, conforme publicação efetivada no B.P. e amplamente divulgada pela ANEP.*

3.36 - Respondeu consulta do Presbitério Sul Paulistano sobre Relatos Bíblicos essenciais à fé, reafirmando os Princípios exarados na Confissão de Fé, conforme a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, publicadas tais palavras "ipsis literis", no B.P.

3.37 - *Aprovou a criação da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais, aprovando proposta da JME com o objetivo inicial de solucionar o problema de envio de pagamento para nossos missionários no exterior, integrar a obra missionária entre os índios e dinamizar o trabalho Transcultural de Evangelização, aprovando seus Estatutos, já amplamente conhecidos dos que acompanham de perto a vida da IPB, no espírito da Res. LXXVII SC-E-99.*

3.38 - Criou, por proposta do Conselho de Comunicação e Marketing, a Rede Presbiteriana de Comunicação, sem fins lucrativos, aprovando seus Estatutos, já notórios e publicados.

3.39 - Aprovou a relação dos instrumentos legais da Igreja que devem figurar no Manual Presbiteriano, em nova edição, sob proposta da Comissão de Organização, Sistemas e Métodos.

IV – GRÁFICOS ESTATÍSTICOS DE MINISTROS

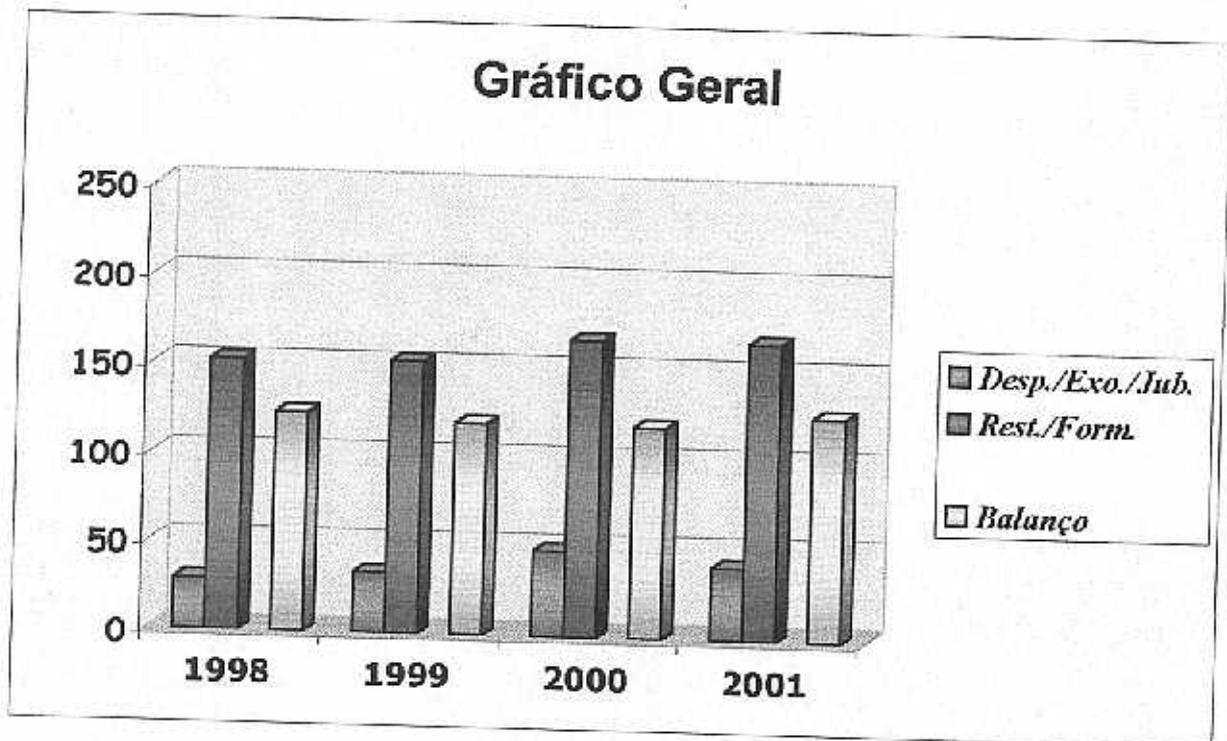
| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---------------------|------|------|------|------|
| Desp./Exone. | 18 | 14 | 27 | 17 |
| Jubilados | 11 | 20 | 21 | 24 |
| Restaurados | | 3 | 4 | 1 |
| Formandos | 152 | 150 | 163 | 166 |



Fonte: Dados extraídos das CEs-SC-IPB dos anos de 1999 a 2002, e dados fornecidos pelos Seminários, através da JET-IPB.

Gráfico com Balanço

| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|------------------------|------|------|------|------|
| Desp./Exo./Jub. | 29 | 34 | 48 | 41 |
| Rest./Form. | 152 | 153 | 167 | 167 |
| | | | | |
| Balanço | 123 | 119 | 119 | 126 |



Fonte: Dados extraídos das CEs-SC-IPB dos anos de 1999 a 2002, e dados fornecidos pelos Seminários, através da JET-IPB.

V – CONCLUSÃO

Entendo que este relatório precisa oferecer uma visão do Estado Religioso da IPB, no Quatriênio, sua vida e atividades atuais, o que só terá eficácia, mediante a leitura feita de cada apresentação das publicações das diversas Resoluções das ROs. da CE-SC, nas quais os pareceres aprovados dão visão de conjunto, a respeito da Igreja, suas Instituições, Secretarias, Juntas, Comissões permanentes e Conselhos Administrativos. Isto pode acontecer ainda mais claramente, acompanhando-se à luz deste relatório, as informações enviadas a este SC-2002 pelas respectivas entidades, retro.

Mas, este relatório enumera como se houve a CE-SC, gestora da Igreja neste interregno quadrienal, dentro do que lhe atribuem nossas Leis e praxes, tudo o que foi encaminhando a este SC-2002, para homologação e decisão final.

Ex positis, eis nosso trabalho, dedicado inteiramente à glória de Deus e ao bem estar, crescimento, unidade e Paz na amada IPB.